BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Maio-Junho de 2004 - ISSN 2175-9103 24
8

Boletim Número 24
Data: Maio-Junho/2004

EDITORIAL

Em Foco I

América sem trégua: Avanços, frustações e desafios das esquerdas do continente na dificil caminhada rumo ao pós-neoliberalimo

Atílio Borón*

O Brasil e a maldição do possibilismo conservador.

Chegando a este ponto cabe perguntar: existe espaço para o ensaio de políticas pós-neoliberais? A resposta não é simples. Vejamos o caso do Brasil. Os defensores do rumo atual pelo qual segue o país dizem que o Brasil precisa atrair a confiança dos investidores internacionais, medidas ortodoxas. Diga-se sem rodeios que esta argumentação é insustentável e que se existe um país que agrupa as condições para ensaiar com êxito uma política pós-neoliberal no mundo, esse país é o Brasil. Se não for o Brasil, então quem será? O Equador de Lúcio Gutierrez? Um eventual governo da Frente ampla no Uruguai? Um possível governo de Evo Morales na Bolívia? A Argentina, talvez, mas apenas sob condições internacionais muito favoráveis. O Brasil, ao contrário, pode se quiser, devido aos seus imensos recursos de todos os tipos.

O corolário do possibilismo conservador, filho predileto do pensamento único, é que nada pode mudar, nem mesmo em um país com as condições excepcionais do Brasil. Ensaiar o que está fora do horizonte do possível e abandonar o consenso econômico dominante, asseguram alguns burocratas, poderia expor o Brasil a penalidades terríveis que liquidariam o governo de Lula. Mas um olhar atento para a história econômica recente da Argentina demonstra que o que conduziu o país à pior crise de sua história foi a subordinação à vontade política e gestão do Estado aos caprichos e às condições dos mercados.
O risco da derrota, sempre à espreita.

Tal como reconhecemos um uma análise feita antes de Lula assumir a presidência, a tentação possibilista está sempre à espreita de qualquer governo animado por intenções reformistas (Boron, 2003[a]). Diante da impossibilidade objetiva e subjetiva da revolução, característica do momento não apenas no Brasil, mas em toda a região, existe um mal compreendido impulso a contemporizar com os adversários e buscar em algum canto obscuro da realidade uma pequena rota alternativa para evitar a capitulação total.

O problema dessa estratégia é que a história nos ensina que depois é impossível evitar ir do “possibilismo” ao imobilismo e, portanto, a uma derrota catastrófica. Essa foi a experiência Argentina com o governo de centro-esquerda, da Aliança e da social-democracia na Espanha, Itália e França. Em termos mais gerais essa também foi a conclusão teórica de Max Weber ao afirmar, no parágrafo final de sua célebre conferência ? A Política como Vocação? Que tal como prova a história (...) neste mundo não se consegue nunca o possível se não se tenta o impossível uma ou outra vez? (Weber, 1982).

As palavras de Weber são ainda mais importantes em um continente como o nosso, onde os ensinamentos da história demonstram de modo inapelável que foi preciso tentar o impossível para obter avanços modestos; que

são necessárias verdadeiras revoluções para instituir algumas reformas nas estruturas sociais da região mais injusta do planeta; e que sem uma utopia política audaciosa os impulsos reformistas se extinguem, os governantes capitulam e seus governos terminam assumindo como tarefa fundamental a decepcionante administração das rotinas cotidianas.

(...) O difícil caminho até o pós-neoliberalismo.

Uma breve análise sobre a história recente da América Latina serve para ilustrar os graves obstáculos em que parecem tropeçar os governos animados -ao menos a princípio e por sua retórica- em seu desejo de colocar um fim na triste história do neoliberalismo na região. O certo é que, às vezes de modo grotesco e outras de modo trágico, perpetua-se a supremacia do neoliberalismo na esfera econômica apesar de, nas urnas, os cidadãos terem virado-lhe as costas de modo contundente. É certo que governos que chegam ao poder sobre os ombros do povo e com mandato delineado para colocar fim ao reinado liberal falham na hora de instituir uma agenda pós-neoliberal. Por quê?

Em primeiro lugar, pelo grande poder dos mercados; na realidade, dos monopólios e grandes empresas que os, diante das deterioradas forças do estado devido a décadas de aplicação de medidas liberais.

Tudo isso dá aos setores dominantes um poder de chantagem — fuga de capitais, fim de investimentos pressões especulativas - sobre os governos se não impossível ao menos muito difícil de resistir. Este tema mostra de modo contundente os efeitos políticos de longo prazo do programa neoliberal.

Ao desprestigiar ideologicamente o estado, mutilando-o de mil maneiras, criou-se as bases para um predomínio político baseado em uma correlação estrutural de forças favorável entre o setor privado - eufemismo para monopólios — e o governo, cada vez com menos recursos (devido ao peso da dívida, às exigências de superávits fiscais cada vez maiores), e com menos possibilidades de formular políticas alternativas. E, de outro lado, as políticas de desregulamentação, abertura comercial, liberalização e privatização retiram dos estados os instrumentos estratégicos para intervir no mercado e controlar os monopólios.

(...) Os desafios da esquerda: nos governos, na oposição.

As forças de esquerda, no governo como na oposição, se vêem diante de desafios. A esquerda opositora é desafiada a honrar a proposta gramsciana de construir partidos, movimentos e organizações genuinamente democráticos e participativos, como forma de traçar a natureza do futuro que pretende construir.

Como se isso não fosse uma tarefa enorme, também deve demonstrar sua capacidade de neutralizar a ação dos aparatos ideológicos da burguesia e fazer chegar sua mensagem e seu discurso ao conjunto da população, que não tem os ouvidos preparados para escutar uma mensagem socialista. Ao contrário, os prejuízos criados com habilidade pelos publicitários da direita a tornam profundamente receosa diante de qualquer discurso que fale em socialismo comunismo.

Para os seus ouvidos isso equivale a violência e morte; e ainda que a esquerda tenha sido vítima de ambas as coisas na história recente na nossa região, é acusada de ser a representante e portadora dessas desgraças.

Existe nesta atitude promovida pelos ideólogos da direita um importante componente de resignação e pessimismo que não pode ser ignorado, e que caracteriza como fútil qualquer tentativa de superar o capitalismo. A ousadia poderia ser seguida por um banho e sangue e ninguém deseja isso. O desafio da credibilidade da esquerda é, portanto, considerável. Ocorreram progressos neste terreno, mas ainda falta muito a ser feito.

Em relação à esquerda que está no governo os desafios são diferentes. Como já dissemos, a vitória de Lula foi um marco na história da emancipação popular. Era fundamental ganhar as eleições brasileiras e chegar ao governo. Mas muito mais importante era construir um poder político suficiente para “governar bem”, entendendo-se por isso honrar o mandato popular que exigia acabar com o pesadelo liberal e avançar na construção de uma sociedade diferente. Os resultados até agora tem sido decepcionantes e a demora de Brasília em colocar em andamento um projeto alternativo começa a parecer uma inexplicável capitulação.

Desafios semelhantes são colocados para o presidente Hugo Chávez, na Vezenuela, obrigado a transitar por um estreito desfiladeiro. De um lado, há uma profunda revolução nas consciências e no imáginário popular "tema subestimado nas análises tradicionais de esquerda" e, de outro, essa verdadeira espada de Damócles: a riqueza petroleira da Venezuela e, simultaneamente, sua condição de abastecedora estratégica do império.

Depois de uma série de vacilações iniciais, a "revolução bolivariana" está finalmente dando mostras de haver encontrado um rumo de saída do neoliberalismo. Diga-se de passagem, é um rumo cercado de espionagens e ameaças de todo tipo, como demonstra a história venezuelana dos últimos anos.

De qualquer forma, para concluir, convém lembrar aqui o caso cubano. Se, com todos os formidáveis obstáculos que surgiram em quase meio século, Cuba conseguiu avançar significativamente na construção de uma sociedade que garanta o acesso universal a um amplo conjunto de bens e serviços, o que não poderiam fazer países dotados de muito mais recursos de todo tipo (e livres da doentia obsessão norte-americana pela ilha caribenha), como Argentina, Brasil e Venezuela?

Se apesar de condições tão desfavoráveis, como o bloqueio de 45 anos e a beligerância permanente dos Estados Unidos, esse país conseguiu garantir para sua população padrões de saúde, alimentação, educação e direitos gerais (da mulher, da infância, dos portadores de deficiência, etc) que nem foram alcançados por alguns países do capitalismo desenvolvido, quais seriam os obstáculos incontornáveis a impedir que países em circunstâncias mais promissoras cheguem a conquistas semelhantes?

A resposta não está nos determinismos econômicos, um pretexto de modo geral conveniente, mas sim na vontade política. Sem uma vontade decidida de mudar o mundo, este continuará o mesmo. Mas quem se proponha a esta tarefa deverá saber de duas coisas: primeiro, que ao fazê-lo, se defrontará com a oposição tenaz e absoluta das classes e grupos sociais dominantes que não pouparão recursos, desde a sedução das classes e grupos sociais dominantes até a mais atroz violência, para frustrar qualquer tentativa transformadora.

Daí nossa grave preocupação por certas formulações dos zapatistas, como a democracia de todos, que sugerem um alarmante romantismo quanto à reação das classes e grupos afastados do poder.

A segunda coisa a saber é que não há trégua possível nesse combate: se o governante que presumivelmente tenta mudar o mundo é bem tratado pela imprensa livre, os gurús de Wall Street e seus papagaios locais, de modo geral, pela opinião "bem pensante" de nossos países (que na verdade pensa pouco e mal), é porque sua ação tornou-se irrelevante. Ou, numa hipótese perversa, porque passou para o lado dos seus inimigos. As classes dominantes do império e seus aliados jamais se resignarão a perder suas prerrogativas, seus privilégios e seu poder. Se não atacam, não é porque se convenceram da superioridade ética, econômica e política do socialismo, mas porque se deram conta de que seu eventual oponente depôs as armas e já não lhes faz mal algum.

(...) As reformas sociais não mudam a natureza da sociedade

As esperanças depositadas em um vigoroso reformismo, possível sem dúvida alguma, não precisam ser seguidas de ouvidos surdos às sábias advertências de Rosa Luxemburgo - quando dizia que as reformas sociais, por mais genuínas e enérgicas, não mudam a natureza da sociedade pré-existente. O que acontece é que por a revolução não está na agenda imediata das grandes massas latino-americanas, a reforma social converte-se - na conjuntura atual - na única alternativa disponível para se fazer política. Mas a reforma, também recordava nossa autora, não é uma revolução que avança lentamente ou por etapas até que, com a imperceptibilidade do viajante que cruza a linha do Equador - para usar a metáfora de Edouard Bernstein - se chega ao socialismo.

Um século de reformismo social-democrata no Ocidente demonstrou de modo irrefutável que as reformas não são suficientes para superar o capitalismo. Produziu mudanças importantes, sem dúvidas, dentro do sistema, mas, fracassou em sua intenção declarada intenção de mudar o sistema.

Publicado em www.planetaportoalegre.net: 02/09/04

Em Foco II

20 Anos do Exército Zapatista de Libertação Nacional

Este 17 de novembro próximo se comemora 20 anos completos da existência do Exército Zapatista de Liberação Nacional. 20 anos de uma luta tenaz que representa um marco fundamental no processo das lutas emancipatórias do povo do México e de todo o mundo.

20 anos semeando uma semente, muitas sementes, e vendo seu crescimento, para que os seres humanos possam ser livres de escolher como se comem os frutos que virão.

20 anos serrando pacientemente as patas da sela do poder para que quando alguém queira sentar nela se rompa em mil pedaços.

20 anos metendo o pé no trem do poder, sabendo que se algo sobram aos zapatistas são pés, para que todos os que estão de pé possam decidir sobre a existência e o rumo do trem.

20 anos sem lutar pela chave que abre a porta do poder, já que têm preferido marcar com um X os muros mais sólidos da fortaleza do poder, convencidos de que o melhor não é desalojar aos que ali estão, senão romper as paredes do labirinto da história e fazer outro mundo sem portas, nem chaves.

20 anos sem angustiar-se pelas pesquisas que dizem que um caminho é melhor que outro, já que tem preferido construir um novo caminho.

20 anos desenhando um graffiti, em todos os muros dos palácios, que diga NÃO ao tempo e ao espaço dos palácios, que diga NÃO ao tempo e ao espaço do poder, buscando que não haja acima nem abaixo, nem um lado nem o outro.

20 anos não permitindo que lhes convertam em dogma, linha política ou vanguarda; semeando aos pássaros que o que lhes sai melhor é cagar-se nas estátuas do poder ou nos projetos de estátuas dos que ainda não têm o poder, mas suspiram e aspiram ao mesmo.

Ainda que para alguns isto não lhes pareça muito, mas o que é para nós, isto é um chingo. E, por isso, nos propomos festejar estes 20 anos. E como estamos convencidos de que a rebeldia é um carnaval, um estado de ânimo, uma festa dos sentidos, queremos organizar uma série de eventos, para compartir com todos aqueles que também considerem isto como algo digno de celebrar-se. Desde logo, o que nós podemos fazer é celebrar estes 20 anos, partindo dos 10 anos da insurreição, que será em 1 de janeiro de 2004.

Fonte: Revista Rebeldía

Espaço Aberto

Reforma pra quem?

Bernardo Suprani*
Renata Mena Brasil do Couto**

Há muito tempo são feitas críticas às universidades públicas brasileiras, mas a precariedade do ensino, pesquisa e extensão atingiu um ponto tão absurdo que a universidade que nunca serviu aos interesses da imensa maioria da população, hoje em dia não está adequada sequer à política neoliberal imposta pelas elites dominantes.

Percebendo esta situação, os grandes órgãos de fomento, que financiam as atividades das instituições de ensino superior, decidiram promover uma reforma universitária. Algumas palavras que encontramos no discurso do governo podem nos dar uma idéia errônea do conteúdo desta tal reforma como: democratização do acesso, autonomia universitária, avaliação da qualidade das Instituições de Ensino Superior através do Enade/Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), entre tantas outras.

Esses termos, de difícil acesso para a maioria da população, mascaram a real proposta de reforma do governo. Para entender melhor o que essas palavras querem realmente dizer, temos que tentar montar o quebra-cabeça de emendas constitucionais e medidas provisórias que vão sendo lançadas e fazendo avançar a implementação deste “novo” projeto de universidade.

Vamos dastacar aqui dois termos desta reforma:

O Programa Universidade Para Todos (ProUni) busca conseguir bolsas de estudo integral em universidades privadas, oferecendo vantagens às instituições que aderirem ao programa. Elas estarão isentas por dez anos de: imposto de renda de pessoas jurídicas; contribuição social sobre o lucro líquido; contribuição social para financiamento da seguridade social; e contribuição para o programa de integração social.
Estas “vantagens” representam uma enorme redução na arrecadação do Estado para os gastos públicos. Os principais beneficiários desta compra de vagas são os empresários da educação. Afinal, há 37,5% de vagas ociosas neste setor e a inadimplência é superior a 30%. Qual empresário não quer ter a certeza de que conseguirá vender todo o seu “estoque”?

Isso ocasionará uma redução do número e do valor de nossas bolsas, menos livros em nossas bibliotecas, laboratórios decrépitos, piores salários para os funcionários, entre outras coisas.

A compra de vagas nas universidades privadas, mais custosa para o Estado, não seria necessária se houvesse um aumento no número de vagas e uma real democratização do acesso às universidades públicas que garantissem mínimas condições de estudo para todos.

Vemos ainda a implementação da PEC 217 (Projeto de Emenda Constitucional nº 217). Esta medida defende que o financiamento da universidade seja feito também através de taxações dos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação obtidos em instituições federais, estaduais e municipais.
Entendemos que o financiamento do ensino superior se dê através de impostos, mas acreditamos que estes devem recair sobre aqueles que realmente possuem uma maior renda: os donos de empresas, de bancos, de grandes propriedades, ...

A proposta de cobrar de ex-alunos das universidades é uma bitributação (pagar duas vezes pela mesma coisa), uma vez que parte dos impostos que pagamos já deveria ser destinados à educação.

Essas medidas são inaceitáveis e devemos lutar para impedir que esta reforma, já em curso, se concretize. Mas não podemos perder de vista que nossa luta vai para além disso. Nossa proposta é lançar as bases para a construção de uma universidade comprometida com as demandas da imensa maioria da população que hoje sequer tem acesso ao ensino superior graças, em parte, ao funil sócio-econômico que o vestibular representa. Precisamos também fazer avançar nossas reivindicações para além da defesa dessa universidade pública que se volta cada dia mais para os interesses da elite, construindo uma Universidade Popular.

*Graduando de Sociologia/UERJ
**Bolsista/Pesquisadora/PROEALC/UERJ

Expediente

Reitor
Profº Nival Nunes de Almeida
Vice-reitor
Profº Ronaldo Martins Lauria
Sub-reitor de Graduação
Profª Raquel Marques Villardi
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Albanita Viana de Oliveira
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profª Maria Georgina Muniz Washington
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Rosângela Martins Alcântara Zagaglia
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Aline Silveira de Assis (PROEALC/FSS/UERJ)
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)
Colaboradores
Bernardo Suprani (PROEALC/IFCH/UERJ)
Renata Mena Brasil do Couto (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)